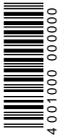


Quarta-feira, 1 de dezembro de 2021

I Série
Número 118



BOLETIM OFICIAL



ÍNDICE

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n° 107/2021:

Aprova o documento das Contribuições Nacionalmente Determinadas de Cabo Verde no âmbito do Acordo de Paris e da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas.....2996

Resolução n° 108/2021:

Estabelece a obrigatoriedade de apresentação de resultado negativo de teste RT-PCR ou de teste rápido de antígeno para despiste de infeção pela COVID-19 para efeitos de entrada no território nacional.....3001

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE

Portaria n° 54/2021:

Aprova o documento detalhado e territorializado do Programa de Mitigação dos Resultados do Ano Agrícola 2021/2022.....3001

MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO

Republicação n° 178/2021:

Republicando a publicação feita de forma inexacta no *Boletim Oficial* n° 117, I Série, de 25 de novembro de 2021, a publicação da Portaria n° 53/2021 que aprova o Plano de Ordenamento Turístico de Alto Mira.....3011

CONSELHO DE MINISTROS

Anexo

(A que se refere o artigo 1º)

Resolução nº 107/2021

de 1 de dezembro

ATUALIZAÇÃO DA PRIMEIRA CONTRIBUIÇÃO DETERMINADA A NÍVEL NACIONAL (NDC) DE CABO VERDE, 2021

SÍNTESE

Introdução

A mudança climática é uma ameaça real, e para Cabo Verde, um dos países mais vulneráveis de África, este fenómeno afigura-se como um dos maiores desafios à sua sustentabilidade. Apesar desses desafios e, não obstante de ser um país com uma das mais baixas emissões de GEE per capita do mundo (0,99 t CO_{2eq}/habitante em 2010) e uma pegada de carbono comparativamente baixa, Cabo Verde está determinado a mostrar liderança climática e continuar a defender ações mais eficazes e ousadas, tendo sempre em conta as circunstâncias nacionais, para fazer face à crise climática que o mundo inteiro enfrenta atualmente.

As mudanças climáticas e a ameaça que representam para o equilíbrio e o futuro do Planeta são um dos maiores problemas que a humanidade enfrenta atualmente. De facto, o aquecimento global, causado principalmente por grandes emissões de gases com efeito de estufa (GEE), degelo e recuo dos glaciares, subida do nível do mar, erosão costeira e aumento da frequência e intensidade dos eventos meteorológicos e climáticos extremos, fazem parte das provas científicas e tendem a piorar.

Como parte do Acordo de Paris, Cabo Verde adota as mudanças climáticas como política do Estado, e em resposta ao apelo feito pela Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC), para que os países atualizem as suas Contribuições Nacionalmente Determinadas a cada 5 anos, decidiu pela sua atualização, uma vez que a NDC apresentada em 2015 mostrou ser irrealista nas metas de mitigação, sobre as energias renováveis e reflorestação e apresentava um défice enorme em medidas de adaptação.

Cabo Verde, tal como outros Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) contribui de forma insignificante para o aquecimento global. Contudo, devido à fragilidade dos seus ecossistemas, é dos países que mais sofrem as consequências deste fenómeno: aumento da aridez climática e da frequência das secas, agravamento da intrusão salina e deterioração das águas subterrâneas, degradação dos solos e perda da biodiversidade, aumento da frequência de tempestades e furacões, entre outros. Devido à pequenez e fragilidade da sua economia, caracteriza-se, também, pela fraca capacidade de reconstruir os danos causados por catástrofes resultantes de fenómenos climáticos e meteorológicos extremos.

Considerando que é possível reduzir substancialmente os impactos das mudanças climáticas e seus efeitos através de políticas de mitigação e adaptação, necessárias para antecipar e enfrentar os atuais e futuros efeitos adversos, com vista a prevenir e reduzir os seus riscos a curto, médio e longo prazo;

Estamos, portanto, na vanguarda daqueles que apelam ao reforço da Ação Climática no mundo e à forte solidariedade entre países.

Considerando a determinação de Cabo Verde em alcançar uma transição justa para um desenvolvimento sustentável e neutro em carbono e de aumentar a capacidade adaptativa do país e fortalecer a resiliência, é atualizada a NDC, com as contribuições necessárias e metas realistas que nortearão a sua política e ação climática nos próximos anos.

Com esta primeira atualização das nossas Contribuições Determinadas a Nível Nacional (NDC, sigla em inglês), Cabo Verde compromete a descarbonizar a sua economia, reforçando a resiliência do país e adaptando os sectores da atividade humana aos efeitos nocivos das mudanças climáticas. Este compromisso deriva das políticas e estratégias adotadas para o desenvolvimento sustentável das ilhas de Cabo Verde e constitui a contribuição do país para os esforços globais de redução das emissões e limitação do aumento da temperatura média global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

Tendo em conta os compromissos assumidos enquanto parte do Acordo de Paris, aprovado em 12 de dezembro de 2015, durante a 21ª conferência das partes (COP.17), Cabo Verde atualizou a sua NDC que foi submetida e aprovada pelo Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas a 1 de abril de 2021.

Em termos práticos, foram definidas 14 contribuições específicas a serem cumpridas até 2030 (5 para Mitigação e 9 para Adaptação), traduzindo-se numa redução das nossas emissões em até 35%, ou seja, de aproximadamente 1.110.000 tCO_{2eq} para 727.000 tCO_{2eq} (redução de 383.000 tCO_{2eq})¹, em 2030. Para a implementação destas contribuições, foram identificadas mais de 100 (cem) medidas, cujo impacto duradouro da adaptação será sentido na segurança alimentar, segurança hídrica, segurança energética e na resiliência dos setores económico e social. Mais de metade da eletricidade será proveniente de fontes renováveis locais, a circulação será de baixo carbono, através da promoção de veículos elétricos, especialmente nos transportes públicos. A maior parte das instalações de dessalinização da água do mar começarão a funcionar com energia eólica e solar. Serão adotados os melhores conhecimentos e práticas na gestão dos recursos naturais e na Agricultura, partilhando a experiência de Cabo Verde com outros países.

Assim,

Nos termos do n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º

Aprovação

É aprovado o documento das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) atualizada de Cabo Verde, no âmbito do Acordo de Paris e da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climática, constante do anexo à presente Resolução, da qual faz parte integrante.

Artigo 2º

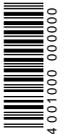
Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O documento, estruturado em 6 capítulos, aborda as razões para atualizar a NDC no contexto da Ambição Climática 2030, e apresenta as contribuições concretas de Cabo Verde para a Mitigação e Adaptação e a perspetiva da governação

Aprovada em Conselho de Ministros aos 11 de novembro de 2021. — O Primeiro-Ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*

¹ Estes dados foram corrigidos em relação aos cálculos iniciais e constituem uma errata da NDC atualizada.



4 001000 000000

climática para este fim. Termina com um capítulo sobre prioridades e necessidades, nomeadamente em termos de apoio internacional, financiamento, desenvolvimento de capacidades e transferência de tecnologias.

Esta síntese pretende apresentar os principais aspetos da primeira atualização das Contribuições Determinadas a Nível Nacional submetida ao Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas a 1 de abril de 2021².

Contexto nacional

Localizado a cerca de 620 km da costa ocidental de África, Cabo Verde é um arquipélago de dez ilhas, das quais nove são habitadas. Apesar do clima árido e do terreno montanhoso, Cabo Verde tem vindo a desenvolver-se rapidamente, em grande parte graças à sua próspera indústria turística, graduando de um país menos desenvolvido para um país de rendimento médio em 2007.

Sendo um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID), Cabo Verde, um emissor muito pequeno de emissões de GEE a uma taxa per capita de pouco menos de 1 tCO_{2eq}, é desproporcionadamente vulnerável a choques económicos externos e eventos climáticos extremos que podem instantaneamente eliminar anos, se não décadas, de ganhos de desenvolvimento.

Cabo Verde enfrenta também limitações significativas de capacidade, espaço fiscal limitado e financiamento interno insuficiente para responder adequadamente aos desafios colocados pelas mudanças climáticas. Isto foi agravado pelas consequências económicas da pandemia global da COVID 19, agravando o já existente elevado rácio da dívida em relação ao PIB.

A pandemia da COVID-19 causou a maior recessão da história moderna de Cabo Verde, afetando praticamente todos os sectores económicos, incluindo o turismo, que é de importância estratégica.

Os dados estatísticos pré-pandémicos mostram um país cuja população duplicou, desde a independência, em 1975, para contar com 544.000 habitantes em 2018, com um aumento estimado para 620.000 habitantes em 2030, um cenário que apresenta oportunidades e desafios. Embora exigindo esforços maciços a todos os níveis da sociedade, os próximos anos serão dedicados a reconstruir a economia não apenas como era, mas mais resiliente, mais justa e gerando maiores oportunidades.

Cabo Verde, um modelo africano de democracia, estabilidade e percentagem da população com acesso à educação (93% de inscrições em 2018), água (86%, 2018)³ e eletricidade (92,2%, 2019)⁴ e fez dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a espinha dorsal do seu planeamento económico, social e cultural.

Enquanto os esforços nacionais estão em curso e continuarão a ser exercidos no sentido da redução de emissões e da construção de resiliência, os esforços nacionais de Cabo Verde por si só não serão suficientes para alcançar os objetivos da NDC na mitigação e adaptação e para assegurar o desenvolvimento sustentável e a descarbonização de Cabo Verde a longo prazo.

Vulnerabilidades climáticas

A pandemia expôs a extrema fragilidade das economias e os ganhos de desenvolvimento em Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento dependentes do turismo, tais como Cabo Verde.

Um arquipélago de dez ilhas vulcânicas sem cursos de água permanentes, sem florestas naturais, recursos minerais limitados e escassos em áreas adequadas para a agricultura (apenas 12% do seu território é terra arável), Cabo Verde está particularmente exposto a fenómenos climáticos cada vez mais extremos, desertificação das terras e secas persistentes, chuvas fortes ocasionais, mas severas e altamente prejudiciais, e à subida do nível do mar.

Como consequência, o arquipélago enfrenta graves desafios de adaptação associados, entre outros, à escassez de recursos hídricos, à segurança alimentar e energética.

A disponibilização de energia e água a preços acessíveis e de fontes sustentáveis, a proteção da biodiversidade e solos delicados e únicos das ilhas, o desenvolvimento sustentável e a implementação da resiliência sócio-ecológica dentro dos limites planetários são uma questão não só de escolha política, mas também de sobrevivência.

Em Cabo Verde, desde 1990, a temperatura tem aumentado 0,04%/ano. Projeções recentes indicam um aumento de temperatura de cerca de 1°C para o período 2011-2040 e de até 3°C até ao final do século. Os resultados mostram, também, uma redução da precipitação média anual de cerca de 2%, uma extensão temporal da estação seca, com uma maior probabilidade de secas, e um encurtamento da estação chuvosa, com uma concentração de chuvas fortes e localizadas num curto período de tempo, causando elevada descarga e escoamento de água e a erosão do solo.

A situação torna-se mais difícil devido à dimensão relativamente pequena do país em termos de fronteiras territoriais, demografia e economia, bem como ao seu isolamento geográfico.

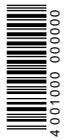
No que diz respeito especificamente aos riscos climáticos, estima-se que os mais prejudiciais para Cabo Verde são as secas, inundações, deslizamentos de terras, incêndios florestais, subida do nível do mar, erosão da zona costeira e das praias e epidemias. A isto acrescentam-se os perigos não relacionados com o clima, tais como atividades vulcânicas e sísmicas. Do ponto de vista territorial, a investigação conclui que cerca de 80% do território do arquipélago tem uma elevada suscetibilidade à seca, especialmente as ilhas rasas e São Vicente.

A definição de grupos vulneráveis face às mudanças climáticas, bem como as ligações entre o género, a política e o planeamento climático ainda não estão suficientemente estabelecidas ou institucionalizadas em Cabo Verde. A maior vulnerabilidade às mudanças climáticas tende a residir nas cidades, nas ilhas rasas, nas zonas agrícolas e florestais íngremes e nas linhas costeiras. A maioria da população e infraestruturas estão concentradas nas cidades costeiras. Considerando a pequena e dispersa área geográfica de Cabo Verde, as catástrofes podem assumir proporções que afetam todo o país.

Desde a ratificação de Cabo Verde da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) em 1995, estas vulnerabilidades climáticas têm sido estudadas e estão a ser monitorizadas. Embora limitado em recursos, o Governo não poupou, desde então, esforços para reduzir as vulnerabilidades globais da Nação e a exposição a desastres de forma a enfrentar as mudanças climáticas.

Construindo resiliência

Cabo Verde segue a definição do IPCC, descrevendo a resiliência como “a capacidade de um sistema social ou ecológico para absorver perturbações, mantendo a mesma estrutura básica e formas de funcionamento, capacidade de auto-organização e capacidade de adaptação ao stress e à mudança”.



4 001000 000000

² <https://www4.unfccc.int/sites/NDCStaging/pages/Party.aspx?party=CPV>

³ Anuário Estatístico 2018, INE

⁴ Inquérito multi-objetivo contínuo (IMC 2019)

Garantir a resiliência é um dos principais interesses nacionais de Cabo Verde e um elemento-chave da ambição climática de Cabo Verde. A construção da resiliência é uma tarefa que toca ao mesmo tempo os aspetos económicos, sociais e ambientais. Cabo Verde precisa de infraestruturas resilientes que alcancem toda a sua população em termos de energia, água potável, serviços básicos de saúde, emergência e educação. Cabo Verde precisa de serviços públicos acessíveis, incluindo os custos de energia e água. Cabo Verde precisa de uma gestão de terras e da agricultura capaz de reagir e lidar com a diminuição da precipitação, inundações ocasionais e severas, e o aumento da erosão do solo e da perda da biodiversidade. Cabo Verde precisa de planos de emergência modernos para gerir os choques e as crises que vão desde eventos meteorológicos a novas pandemias, ciberataques, colapso de infraestruturas, e interrupções da cadeia de abastecimento. Finalmente, Cabo Verde precisa de estratégias inclusivas e sensíveis ao género para aumentar a capacidade de adaptação de todas as suas comunidades e sectores económicos, incluindo a produção alimentar e o turismo.

A construção da resiliência não é um desafio pontual, mas requer esforços contínuos em matéria de planeamento, gestão de riscos e desempenho, desenvolvimento de medidas de resposta e trabalho conjunto entre a sociedade civil e as instituições.

Projeções de emissões de gases com efeito de estufa⁵

Cabo Verde tem uma das mais baixas emissões de GEE per capita do mundo (0,99 tCO₂eq/habitante). A utilização de combustíveis fósseis na produção de eletricidade e combustão, representam cerca de 90% do total de emissões. Apesar da pegada de carbono comparativamente baixa, Cabo Verde tem trabalhado consistentemente para transformar a sua economia de fontes de energia fóssil para fontes de energias renováveis (ER). Ao abrigo da sua primeira NDC, Cabo Verde enunciou uma série de metas sectoriais e sub-sectoriais (taxas de penetração das ER na rede elétrica; redução da demanda de energia; acesso à energia), comprometendo-se, também, com objetivos baseados na ação (centrando-se na melhoria das nove redes elétricas do país, instalação de hardware, ferramentas de planeamento, e outras medidas, tais como programas educacionais). Embora ainda não tenham sido concretizadas uma série de contribuições (a primeira NDC tem um horizonte temporal até 2030) vários marcos-chave foram alcançados, especialmente no que diz respeito à criação de um quadro regulador e de investimento favorável às energias renováveis.

Relativamente à evolução das emissões e remoções de GEE em Cabo Verde entre 1995 e 2010, o sector energético foi o que mais contribuiu para o total de emissões, atingindo aproximadamente 550 Gg de CO₂eq em 2005, o valor mais elevado da série listada. Em 2010, as emissões tinham diminuído 1,2% em relação a 2005. O sector da Agricultura, Silvicultura e Outros Usos do Solo (AFOLU), mais especificamente a silvicultura, em 2005 e 2010 contribuiu para a remoção de CO₂, na ordem dos -238 Gg CO₂ em 2005 e -237 Gg CO₂ em 2010, o que corresponde a uma diminuição de 0,25% em 2010 em relação a 2005.

Em 2005, o sub-sector dos transportes foi responsável por 55% das emissões totais de CO₂ no sector energético, seguido pelo sub-sector das indústrias energéticas com 33%. Em 2010, o sub-sector das indústrias energéticas foi responsável por 55% das emissões totais de CO₂ no sector da energia e os transportes por 41% das emissões totais de CO₂ neste sector. O sub-sector dos transportes diminuiu 27% das emissões totais de CO₂ em relação a

2005, devido principalmente à redução do número de voos domésticos em Cabo Verde.

Dito isto, espera-se que as emissões aumentem, de acordo com a crescente demanda de energia e assumindo condições de business-as-usual (BAU). Calcula-se que a demanda geral de energia em 2030 atinja aproximadamente 363.836 tep (tonelada equivalente de petróleo), a partir de um anual de 222.928 de tep em 2019 (o impacto do COVID-19 não foi levado em consideração).

Espera-se que as emissões na demanda de energia (excluindo a eletricidade) atinjam 500 kt CO₂eq em 2030. Entre os vários sub-sectores, o sector dos transportes apresenta as maiores emissões de GEE ao longo dos anos, com uma média de aproximadamente 373 kt de CO₂eq/ano entre 2020 e 2030. Até 2030, estima-se que o sector dos transportes produza 440 kt CO₂eq.

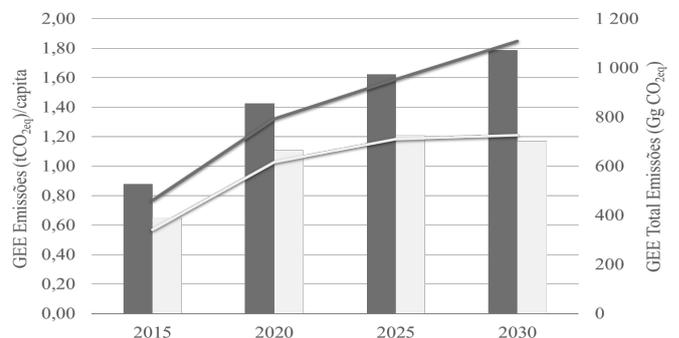
As emissões também aumentam na categoria de transformação de energia (produção de eletricidade) de 280.320 t CO₂eq em 2015 para 507.000 t CO₂eq em 2030 (ainda não ajustado à pandemia do COVID-19).

Na energia doméstica, segundo o INE, em 2019, o combustível mais consumido nas zonas urbanas foi o gás, cerca de 81,2% dos agregados familiares, principalmente nas zonas urbanas (93,2%), seguido da lenha com 16,1%, particularmente nas zonas rurais (43,4%). Os municípios de Santiago, com exceção da cidade da Praia, registam o maior consumo de lenha como fonte de energia para cozinhar. Por ilhas, a maior procura de lenha está concentrada na ilha de Santiago, representando cerca de 50% da procura nacional. Cerca de 20% dos lares utilizam a lenha como principal fonte de energia para cozinhar. A grande maioria (85%) da lenha utilizada é recolhida, principalmente por mulheres, e apenas 13% é comprada.

As emissões projetadas (BAU e NDC) entre sectores são apresentadas no gráfico 1 (nenhuma ainda ajustada à pandemia do COVID-19).

Os dados de emissões utilizados são os da Terceira Comunicação Nacional (NC) de Cabo Verde de 2017, o que significa que os últimos dados oficiais disponíveis sobre emissões datam de 2010 e a projeção da DNICE para 2020, 2025 e 2030. Serão atualizados no primeiro relatório bienal de atualização (BUR) de Cabo Verde, a ser publicado em 2022.

Gráfico 1: Emissões de CO₂eq totais e per capita considerando o cenário BAU e NDC.

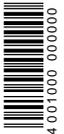


Barra — GEE Emissões (tCO₂eq/capita) - BAU
 Barra — GEE Emissões (tCO₂eq/capita) - NDC
 Linha — GEE Total Emissões (Gg CO₂eq) - BAU
 Linha — GEE Total Emissões (Gg CO₂eq) - NDC

Fonte: DNICE (2020)

AMBIÇÃO CLIMÁTICA 2020-2030

A atualização da primeira NDC de Cabo Verde foi desenvolvida em consultação com as partes interessadas



⁵ Os números físicos apropriados nesta secção foram arredondados para a unidade, para facilitar a leitura. Os dados considerados não têm em conta os efeitos da pandemia do COVID-19.

e está alinhada com os objetivos de desenvolvimento de Cabo Verde, por um lado, e com os objetivos do Acordo de Paris, por outro. Como parte do Acordo de Paris, Cabo Verde está empenhado em estabelecer metas ambiciosas necessárias para a mudança e continua a apoiar totalmente o Acordo de Paris e todas as responsabilidades e ações nele delineadas.

Ao submeter a atualização da NDC, Cabo Verde como um pequeno emissor de GEE, apoia o apelo a todas as Partes para que façam as suas submissões, de forma a assegurar que as suas NDCs estejam em conformidade com as suas contribuições para as emissões globais e com as suas respetivas responsabilidades no âmbito da Convenção e tomar medidas que resultem na restrição do aumento da temperatura global para além de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

As contribuições aqui apresentadas são equitativas e ambiciosas, considerando as circunstâncias nacionais, os ODS, demografia, geografia e insularidade, clima e dependência de estímulos externos. Vão, substancialmente, além dos compromissos apresentados na NDC inicial em termos do âmbito, ambição sectorial, coerência entre a adaptação e a mitigação, temas horizontais, incluindo a igualdade de género e a transparência.

A pandemia do COVID 19 representa um momento de profunda perturbação socioeconómica, causando uma recessão económica sem precedentes devido à queda do turismo e do comércio, e agravando as vulnerabilidades económicas e sociais do país às mudanças climáticas. No entanto, apesar do desafio, esta crise reforçou a determinação de Cabo Verde e da sua população em tomar medidas assertivas para combater e adaptar-se às mudanças climáticas.

No âmbito da Ambição 2030 de Cabo Verde, o país está empenhado em promover uma economia inclusiva, diversificada, circular, resiliente e com baixo teor de carbono.

É importante compreender que os compromissos de Cabo Verde de mitigação e adaptação estão inter-ligadas e que transcendem os limites da formulação de políticas adequadas para as mudanças climáticas. A crise climática é tanto uma crise de recursos e meios de subsistência - diminuindo ou ameaçando o acesso a água potável e alimentos - como uma crise social.

Do mesmo modo, os compromissos de mitigação de Cabo Verde produzem diretamente uma série de benefícios significativos em termos de adaptação e resiliência, e vice-versa. A energia proveniente de fontes renováveis significa maior segurança energética para Cabo Verde através das ilhas, bem como acesso autónomo à água potável. Estes, por sua vez, proporcionam resiliência climática às famílias e comunidades, urbanas e rurais, incentivam a produção de produtos agrícolas locais; também melhoram consideravelmente a subsistência das famílias que vivem na pobreza.

Em contrapartida, muitas medidas de adaptação produzem diretamente co-benefícios de mitigação. As florestas, solos e zonas húmidas costeiras de Cabo Verde são importantes reservas de carbono, e todas as medidas destinadas a proteger e melhorar estes ecossistemas - destinadas a reduzir a erosão, melhorar ou proteger contra inundações e salinização - também mantêm e melhoram as capacidades do país em matéria de sumidouros de carbono. Estão em curso esforços para melhorar a compreensão - e quantificar, sempre que possível - os co-benefícios específicos de mitigação das ações planeadas de adaptação de Cabo Verde.

Principais contribuições de Cabo Verde para o acordo de Paris

Para a atualização da NDC, foi utilizado como referência o atual Plano Estratégico de 5 anos para o Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde (PEDS I 2017 - 2021). Para a materialização da Ambição 2030, serão concebidos dois novos PEDS de 5 anos, e alinhados com as metas da NDC.

As novas contribuições chave de Cabo Verde incluem:

- Até 2030, Cabo Verde compromete-se a reduzir as emissões de GEE em toda a economia em 18% abaixo do cenário do BAU. Condicionada a um apoio internacional adequado, esta meta de redução pode ir até 35% abaixo do cenário BAU;

- Os compromissos de 2030 são estabelecidos com o objetivo a longo prazo de alcançar uma economia com emissões neutras de carbono até 2050. A ilha da Brava será o primeiro piloto para uma descarbonização máxima até 2040;

- Os principais objetivos de implementação centram-se no aumento da produção de eletricidade a partir de fontes de energias renováveis, na melhoria da eficiência energética em todos os sectores, na mudança do transporte de combustíveis fósseis para o transporte eletrificado e mobilidade ativa individual, na melhoria da reabilitação dos ecossistemas e em medidas de neutralidade da terra;

- Até 2030, Cabo Verde pretende estabelecer funções de resiliência e métricas fundamentais, nomeadamente concernentes ao baixo teor de carbono, acesso à água sensível ao género e catástrofes, energia e serviços públicos essenciais e infraestruturas e equipamentos resilientes;

- Para este efeito, Cabo Verde elaborará o seu Plano Nacional de Adaptação como parte da sua contribuição global para as mudanças climáticas, a ser apresentada à UNFCCC até 2023, o mais tardar;

- Para planear, gerir e acompanhar o progresso, Cabo Verde construirá um sistema nacional de governação climática centrado em consultas inclusivas, coerência institucional e excelência científica.

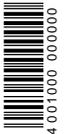
LISTA DE MEDIDAS E ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO PARA A IMPLEMENTAÇÃO 2020-2030

5 Contribuições de Mitigação

- #01. Reduzir a intensidade energética e promover a eficiência energética
- #02. Aumentar as metas de energias renováveis
- #03. Reduzir a intensidade de carbono da mobilidade
- #04. Mudar para o turismo responsável e economia circular
- #05. Fomentar a função de sumidouro natural dos ecossistemas

9 Contribuições de Adaptação

- #01. Melhorar a segurança da água e reposição natural, reduzindo a intensidade de carbono da água
- #02. Melhorar o tratamento de resíduos sólidos e águas residuais
- #03. Melhorar a segurança alimentar baseada na terra através da agricultura regenerativa
- #04. Melhorar a segurança alimentar baseada no oceano através da pesca regenerativa
- #05. Alargar as áreas marinhas protegidas



- #06. Defender os recursos marinhos e as zonas costeiras
- #07. Utilizar o planeamento espacial como aliado na mitigação e adaptação às mudanças climáticas
- #08. Atenuar os riscos de catástrofes e vulnerabilidades relacionadas com o clima
- #09. Atenuar os riscos de saúde relacionados com o clima

Informação necessária para clareza, transparência e compreensão no âmbito do acordo de paris

Prazo	A NDC atualizada de Cabo Verde cobre o período de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2030.
Âmbito	Mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Objetivo de mitigação do clima: redução de emissão doméstica líquida ao nível da economia.
Setores e gases abrangidos	<i>Setores</i> - Energia - Processos industriais - Agricultura - Resíduos - Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Silvicultura (LULUCF) <i>Gases</i> - Gases com efeito de estufa incluídos: CO ₂ , CH ₄ , N ₂ O e HFCs
Alvo e indicador de referência	- Pelo menos 18% abaixo do BAU até 2030 e 24% abaixo do BAU num cenário com apoio internacional (objetivo anual). - A referência para o cenário do BAU é 2013.
Metodologias e Métricas	- Metodologias: Todos os compromissos de mitigação serão contabilizados com base nas orientações do IPCC 2006 (Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas, 2016), incluindo as orientações sobre zonas húmidas (IPCC 2013), aplicando dados relevantes por defeito (nível 1) ou melhor (nível 2 e nível 3), quando os dados credíveis estiverem disponíveis. - Métricas: Potencial de aquecimento global numa escala de 100, em conformidade com o 5º Relatório de Avaliação do IPCC.
Consultas	A preparação foi liderada pela Direção Nacional do Ambiente em consulta com as partes interessadas. As consultas foram realizadas entre julho de 2020 e janeiro de 2021 (principalmente on-line devido à COVID19).
Implementação	O Governo de Cabo Verde adotará um Roteiro de Implementação da NDC para estabelecer responsabilidades institucionais, quadros de governação relevantes, marcos importantes, e metas precisas de concretização das contribuições e ações específicas delineadas nesta NDC. O processo fará parte do Quadro Nacional de Transparência Reforçada (ETF) de Cabo Verde, previsto no Acordo de Paris.
Equitativo e ambicioso	A primeira NDC atualizada é considerada equitativa e ambiciosa no quadro da resposta global. Apesar do seu baixo perfil de emissões e da sua posição como um PEID altamente vulnerável, Cabo Verde compromete-se a um objetivo de redução substancial, em toda a economia. Embora ambicioso no seu objetivo, as contribuições da NDC são socialmente inclusivas, transversais por natureza, e adaptadas para beneficiar as pessoas mais vulneráveis de Cabo Verde, em particular. A ambição do país contribui para alcançar os objetivos do Acordo de Paris, incluindo a contenção do aumento da temperatura global abaixo de 1.5°C, tendo por base os níveis pré-industriais.
Outros	A informação fornecida pode ser sujeita a revisão após o lançamento do primeiro Relatório Bienal de Atualização (BUR) de Cabo Verde, previsto para 2022.

Aprovada em Conselho de Ministros aos 11 de novembro de 2021. — O Primeiro-Ministro, José Ulisses de Pina Correia e Silva

